

## PROJETO “ABEPSS ITINERANTE”:

### Projeto Ético-Político do Serviço Social: método do materialismo histórico-dialético e unidade de lutas sociais emancipatórias

#### 8ª EDIÇÃO

#### *Módulo III – Unidade de lutas sociais emancipatórias*

*Prof. Tales Willyan Fornazier Moreira (UNIFESP)<sup>1</sup>*

#### **A centralidade do método do materialismo histórico e dialético para a unidade das lutas sociais emancipatórias: questões para o Serviço Social**

Tales Willyan Fornazier Moreira<sup>2</sup>

#### **Desafios para a classe trabalhadora em contexto destrutivo do capital e a necessária unidade na diversidade para enfrentar a barbárie**

Este texto foi construído em razão do convite da gestão da ABEPSS “*A certeza na frente, a história na mão*”: *Serviço Social e luta coletiva* (biênio 2025-2026), para compor o conjunto de materiais de referência para os debates em torno da 8ª Edição do Projeto ABEPSS Itinerante – Projeto Ético-Político do Serviço Social: método do materialismo histórico-dialético e unidade de lutas sociais emancipatórias<sup>3</sup>. O conteúdo destas reflexões servirá como base para o Módulo III do projeto “*Unidade de lutas sociais emancipatórias*”, e tem como objetivo contribuir com o adensamento da compreensão acerca das determinações estruturais entre capitalismo, racismo e cisheteropatriarcado, reafirmando a necessária radicalidade teórico-política na construção de unidades estratégicas entre as diversas lutas sociais que mirem um horizonte de emancipação

---

<sup>1</sup> Professor convidado para ministrar o Módulo III da 8ª edição do Projeto ABEPSS Itinerante, preparar o texto de referência e indicações bibliográficas.

<sup>2</sup> Assistente Social. Doutor em Serviço Social. Professor do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) - Campus Baixada Santista. E-mail: [tales.fornazier@unifesp.br](mailto:tales.fornazier@unifesp.br)

<sup>3</sup> Na oportunidade, registramos nossos agradecimentos à atual gestão da ABEPSS pela confiança teórico-política para esse convite e parabenizamos pelo chamamento ao importante e urgente debate em torno da unidade das lutas sociais emancipatórias, reafirmando a perspectiva de totalidade para a formação em Serviço Social.

humana, tendo como referência para essa unidade a direção social do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro.

Trata-se de um debate necessário e que ganha ainda mais relevância frente ao contexto de barbárie e de retrocesso humanitário que temos vivenciado mundialmente, sobretudo após a ascensão da extrema-direita em governos ao redor do mundo, com o avanço de políticas higienistas e antipovo, a amplificação das desigualdades e violências estruturais, a degradação da vida humana e da natureza, cujo movimento da realidade tem nos evidenciado cada vez mais o esgotamento das possibilidades civilizatórias do capital (Mészáros, 2009).

O cenário de devastação da vida, do trabalho e da natureza, fruto da dinâmica deletéria do capitalismo em crise que tem assolado o conjunto da classe trabalhadora de forma cada vez mais brutal, não está dissociado das relações que se colocam na trama da conjuntura internacional, haja vista as disputas em curso no contexto da geopolítica mundial. A ofensiva imperialista e reacionária contra a América Latina e demais países do sul global, cumpre o propósito de manutenção do poder pelas classes dominantes e segue deixando lastros destrutivos, avançando de forma contundente contra povos e culturas, saqueando suas riquezas e bens naturais, provocando guerras, migrações forçadas e a destruição de territórios.

Imbuídos de uma política ultranacionalista, de dominação colonialista, *tipicamente* capitalista, xenofóbica, racista e contando, também, com a maior força bélica<sup>4</sup> do mundo e com o apoio dos seus aliados, os Estados Unidos da América (EUA) seguem implementando mundo afora uma política aberta do ódio, do medo, do genocídio e da ameaça à soberania dos países e a autodeterminação dos povos. Sob comando do presidente de extrema-direita Donald Trump, os movimentos empreendidos nesta quadra histórica contra países latino-americanos, caribenhos e do oriente médio, a exemplo dos ataques à Venezuela, ao Irã e o recente bloqueio à Cuba, revela de maneira peremptória os interesses políticos e econômicos que estão em jogo e as investidas nefastas do capital e do imperialismo norte-americano.

No Brasil, a classe trabalhadora segue sendo massacrada com o recrudescimento das formas de precarização do trabalho, como a escala 6x1, a dinâmica do trabalho

---

<sup>4</sup> Como evidencia Netto (2001), a indústria bélica se configura em ingrediente central da dinâmica imperialista.

intermitente, a profunda retirada de direitos trabalhistas, o processo contínuo de desfinanciamento das políticas públicas e sociais etc., ao passo em que se avançam discursos e estratégias ideopolíticas pautadas em uma racionalidade gerencial, de cariz neoliberal (Dardot e Laval, 2016), que apresentam como saída para a classe trabalhadora o empreendedorismo, o trabalho autônomo, a prestação de serviços em plataformas (como ifood, uber, 99) e outras estratégias de monetização através da internet.

A par e passo desse cenário, a dinâmica de um sistema em crise tem revelado diuturnamente seu caráter predatório, que segue saqueando bens naturais, devastando povos, culturas e territórios, e também ceifando vidas e sonhos daqueles segmentos da classe trabalhadora que, historicamente, sempre estiveram na mira da barbárie e da fúria de um capitalismo cada vez mais anti diverso: populações negras, indígenas, mulheres e grupos LGBTQIAPN+, em especial, continuam liderando trágicos rankings de violências e violações de direitos.

A violência contra a mulher, nas suas diversas nuances, segue em uma crescente estarrecedora no país. De acordo com os dados do Atlas da Violência de 2025, publicados pelo IPEA, “as mulheres foram as principais vítimas em todas as categorias de violência, com a violência doméstica liderando as notificações” (IPEA, 2025, p. 97). O ano de 2026, que marca 20 anos da Lei Maria da Penha, também tem sido já em seus primeiros meses, um ano de casos bárbaros de violência contra as mulheres. Situações como o estupro coletivo contra uma adolescente de 17 anos no Rio de Janeiro; o feminicídio da soldada da polícia militar de São Paulo, cometido pelo marido que também é tenente-coronel; o feminicídio da comandante da Guarda Municipal de Vitória (ES) cometido pelo namorado, que é policial rodoviário federal, por não aceitar o fim do namoro; a transfobia em rede nacional, sem nenhum pudor, contra a Deputada Federal Érika Hilton<sup>5</sup>; a ascensão do movimento red pill na internet, com discursos que reforçam hierarquias de gênero e ódio contra as mulheres, disseminados, via de regra, por homens héteros de extrema-direita<sup>6</sup>; dentre outros processos de violência, têm se tornado corriqueiros em nosso cotidiano.

---

<sup>5</sup> Érika é uma mulher trans, atualmente deputada federal pelo PSOL. Foi a primeira mulher trans eleita como vereadora para a cidade de São Paulo em 2020, com mais de 50 mil votos, sendo a mulher mais bem votada em todo o país. Tem sido uma importante líder política na luta pelos direitos das populações LGBTQIAPN+, negros(as), mulheres e das pautas da classe trabalhadora em geral.

<sup>6</sup> Mais informações em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2026-03/entenda-o-que-sao-redpill-e-outros-termos-de-odio-contra-mulheres>

Os dados do Atlas da Violência demonstram ainda o aumento nos registros de casos de violência contra pessoas LGBTQIAPN+, demonstrando que de 2022 a 2023, aumentaram em 35% os casos de violência contra homossexuais e bissexuais registrados no sistema de saúde, ao passo que as situações de violência envolvendo pessoas transsexuais e travestis aumentaram em 43%, sendo o maior aumento identificado entre homens transexuais, ainda que o volume total dos registros de violência tenham como principais vítimas, em um patamar bastante superior de casos, as mulheres transsexuais (IPEA, 2025).

Situações envolvendo racismo e crimes correlatos também aumentaram em todo o país nos últimos tempos. De acordo com os dados do Painel de Monitoramento Justiça Racial, em novembro de 2025, havia 13.440 processos pendentes de julgamento, a maioria deles (97,4%) no âmbito da Justiça Estadual. Além disso, as estatísticas evidenciam que apenas em 2025 mais de 7 mil novos casos foram registrados, alcançando um índice significativamente superior em comparação ao ano de 2024 em que se registrou 4.205 novos processos nos dez primeiros meses (CNJ, 2025)<sup>7</sup>. Nesse diapasão, os dados do Atlas da Violência revelam que a desigualdade racial associada à violência letal não apenas persiste, como se intensifica no país. Além disso, ao considerar as determinações étnico-raciais e de gênero nas análises, os índices demonstram que o número de feminicídios contra as mulheres negras é exacerbadamente maior em relação as mulheres não negras.

No Brasil, em 2023, o risco de uma mulher negra ser assassinada foi 1,7 vezes maior do que o risco de uma mulher não negra. Isso significa que, **para cada homicídio de uma mulher não negra, ocorreram, proporcionalmente, 70% mais homicídios de mulheres negras.** (IPEA, 2025, p. 62, grifos nossos).

Essa dinâmica brutal que nos atravessa enquanto classe trabalhadora, de maneira heterogênea na nossa diversidade, nos impõem como tarefa coletiva inadiável no tempo presente, a construção de unidades estratégicas entre as lutas contra o cisheteropatriarcado, a misoginia, o racismo, a LGBTQIAPN+fobia e o capitalismo, na direção de um projeto societário de emancipação humana.

A destrutividade ambiental também tem se evidenciado enquanto uma das questões mais candentes do tempo presente, cujas expressões possuem particularidades

---

<sup>7</sup> Dados disponibilizados pelo Portal do CNJ: <https://www.cnj.jus.br/cresce-o-numero-de-processos-por-racismo-no-pais-aponta-painel/>

importantes em países colonizados como o Brasil, em razão dos processos de dominação e superexploração que escravizou milhares pessoas e se apropriou dos bens comuns da natureza (CFESS, 2025). O aumento das queimadas e de desmatamentos, a destruição de povos e biomas, o avanço predatório da mineração e do agronegócio, os processos de inundações e alagamentos, a condição de milhares de pessoas em situação de insegurança alimentar no país, assim como a dinâmica do racismo ambiental que atravessa a vida dos povos e comunidades tradicionais e das populações negras periféricas, em especial, revelam uma dura realidade que precisamos enfrentar.

Por tudo isso, é importante refletirmos sobre quem são os grupos que cultivam e potencializam a vida dos biomas; sobre quem são os(as) responsáveis pela manutenção das florestas, das águas e dos campos e quem são essas pessoas que ocupam os espaços de riscos e quais são suas origens étnicas e raciais. O nosso projeto de profissão convida a realizar articulações com os movimentos sociais, para alcançar um horizonte de justiça social que, necessariamente, é também ambiental, pois vimos que não existimos sem natureza em sua diversidade de seres. (CFESS, 2025, p. 6).

Os desafios que marcam essa quadra histórica têm nos exigido um permanente mergulho na apreensão *radical*<sup>8</sup> das particularidades que forjam a formação social do nosso país, compreendendo a dinâmica *estrutural* do racismo, do cisheteropatriarcado e do sexismo enquanto indissociáveis dos processos de produção e reprodução do capital, e sua funcionalidade para esta sociedade cindida em classes antagônicas. Ora, se o modo de produção capitalista é um universal que se particulariza em cada país/região, é imperioso o entendimento das determinações estruturais que conformam as relações sociais na realidade brasileira.

O Brasil se desponta mundialmente como o país que mais sequestrou africanos/as durante o período do escravismo colonial<sup>9</sup> para produzirem riqueza e construir o país, sob a batuta da violência sistemática e de torturas bárbaras. Também foi o último país da América a abolir – formalmente – o regime escravista e, mesmo no contexto de trabalho livre, as populações ex-escravizadas foram submetidas a situações forçadas de trabalho que não se diferenciavam do período anterior (Jacino, 2008; Fernandes, 2008).

Proporcionalmente, em cada 10 anos da história do país, 7 foram vivenciados sob o julgo do escravismo, com toda violência e desumanidade que lhe foi inerente. E esse

---

<sup>8</sup> Aqui reafirmamos a máxima marxiana de que “ser radical é tomar as coisas pela raiz”. E é nessa direção de compreensão dos fundamentos ontológicos da sociedade capitalista – e suas particularidades na realidade brasileira, que precisamos avançar coletivamente.

<sup>9</sup> Conforme destaca Almeida (2017), durante os séculos XVI e XIX, o Brasil foi o maior sequestrador de pessoas africanas para serem escravizadas, atingindo um índice de cerca de 3.850.000 milhões.

não é um dado aleatório: ele demonstra que, no decurso da história, vivenciamos mais tempo de cativeiro do que de liberdade e, ao mesmo tempo, nos permite compreender que temos culturalmente mais referências escravistas e racistas do que libertárias e emancipatórias. Contraditoriamente, esse cenário também carrega a marca das lutas históricas e seculares das populações negras e indígenas por liberdade, pois, num permanente movimento de *quilombagem*<sup>10</sup>, esses povos construíram lutas antirracistas e contra coloniais que marcaram todo o período escravista, fazendo com que o Brasil se destacasse como o segundo país, depois do Haiti, em que ocorreu o maior número de revoltas, fugas e outras formas de manifestações antiescravistas (Moura, 1988).

Nesse sentido, compreendendo que é a práxis negra e indígena o marco inaugural da luta de classes no Brasil (Souza, Teles, 2021), e tendo como referência as lutas históricas protagonizadas por esses povos contra a exploração e as opressões estruturais do capitalismo, é que precisamos seguir construindo convergências e unidades estratégicas para avançarmos *coletivamente* enquanto classe trabalhadora, em nossa diversidade, na luta por um projeto societário radicalmente livre e humanamente emancipado.

Cabe frisar que a concepção de diversidade humana ancorada em uma perspectiva de totalidade, se coloca como importante referência para a construção de unidades estratégicas em torno das lutas sociais emancipatórias. A professora Silvana Mara Morais dos Santos<sup>11</sup>, amplamente reconhecida como referência do debate na área, possui uma vasta produção nesse campo que situa a discussão acerca da diversidade humana na esteira do pensamento marxista e nos marcos da direção emancipatória do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. A concepção teórico-política dessa construção, deita raízes na compreensão dos indivíduos como seres sociais e históricos, atravessados pelas determinações estruturais que marcam as relações sociais capitalistas e, dialeticamente,

---

<sup>10</sup> Para Moura (1989), quilombagem se refere a um “movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos e que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influiu poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre [...] A quilombagem é um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista (Moura, 1989, p. 22).”

<sup>11</sup> Gostaria de aproveitar a oportunidade para registrar publicamente nossa admiração, respeito e agradecimentos à Silvana, por toda sua incontestável contribuição para esse e outros debates importantes em nossa área. Suas produções, assim como os afetivos diálogos teórico-políticos, foram importantes referências para essas reflexões.

pelas mais diversas experiências de existência humana que matizam a heterogeneidade dos sujeitos da classe trabalhadora.

A diversidade é, portanto, uma característica do indivíduo, que deve ser entendido como ser histórico em suas relações concretas de existência. Aí reside o caráter social da individualidade e a razão da diversidade ser apreendida na relação singular/humano-genérico. Neste sentido, abrange as expressões das relações sociais de sexo/gênero, étnico-raciais, de identidade de gênero, mas vai além. Trata-se da concepção de que todos os indivíduos são sociais, históricos e diversos (Santos, 2019, p. 77).

Esta concepção de diversidade humana se contrapõe a uma perspectiva economicista, universalista e abstrata de classe, posto que apreende os sujeitos na sua diversidade e em suas múltiplas determinações étnico-raciais, de gênero, sexualidades, geracionais, assim como a diversidade de corpos existentes, dentre outras dimensões importantes que conformam a classe trabalhadora em sua pluralidade. Nessa direção teórico-política, sob a perspectiva de totalidade e compreendendo o indivíduo dialeticamente como ser singular e genérico, a diversidade humana possibilita que essas determinações e as múltiplas dimensões que marcam a existência dos sujeitos não sejam caracterizadas como meros “recortes” ou “marcadores sociais”, mas situadas em uma dinâmica mais complexa (Santos, 2019).

Tais formulações acerca da diversidade humana brevemente sinalizadas, profundamente enraizadas nos fundamentos ontológicos e nas construções oriundas do materialismo histórico-dialético, contribuem não apenas para impulsionar os debates numa perspectiva de totalidade, mas, notadamente, potencializam a construção de unidades estratégicas entre as lutas sociais, na direção de um projeto de emancipação humana<sup>12</sup>. Assim, diversidade humana e emancipação humana se constituem em uma unidade dialética que nos convocam a radicalização e a convergência das diversas lutas sociais contra o sistema de exploração e dominação do capital.

---

<sup>12</sup> Nos referimos à concepção de emancipação humana em Marx, que supera a mera emancipação política dos sujeitos na órbita do capital e se refere a necessidade da “supressão dos fundamentos econômicos da sociedade civil-burguesa e a supressão da alienação política, pois são estes elementos que condicionam uma situação de não emancipação” (Beltrame, 2019, p. 200). Ver mais em: BELTRAME, M. M. *Sobre o conceito de emancipação humana em Karl Marx*. *Problemata*, v. 10, p. 194-218, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/46144>.

## Serviço Social e lutas sociais emancipatórias

Nos marcos dos 90 anos do Serviço Social brasileiro, é fundamental reafirmarmos a direção sociopolítica estratégica (Abramides, 2019) construída no processo de renovação profissional, assim como o compromisso assumido com as lutas da classe trabalhadora em sua diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade, corpo-território e geração. No decurso do seu processo histórico no país, as últimas cinco décadas da profissão tem sido marcadas por um contínuo movimento de afirmação de um projeto profissional, com nítida direção ético-política vinculada a um projeto de sociedade anticapitalista e comprometido com a emancipação humana.

*A direção sociopolítica estratégica do projeto profissional pressupõe articular-se a um processo de lutas e mobilizações de massas, que possam reverter o quadro de barbárie social imposto pela ditadura do capital. Lutar por consolidação e ampliação de direitos sociais implica somar forças com o conjunto das massas trabalhadoras, da cidade e do campo, em uma perspectiva de autonomia e independência de classe na luta anticapitalista, anti-imperialista e socialista. (Abramides, 2019, p. 38 grifos da autora).*

Nesse percurso, o Serviço Social construiu novas bases de legitimação ancoradas na crítica *radical* à sociedade capitalista, redirecionando a concepção de formação e trabalho profissional de assistentes sociais, e afirmando em seu interior valores inegociáveis como o compromisso intransigente com as diversas lutas da classe trabalhadora, a defesa da liberdade como valor ético central, a socialização da riqueza socialmente produzida, o compromisso com a construção de uma sociedade radicalmente democrática e com as mais variadas lutas contra toda forma de exploração, opressão, discriminação e violências.

O método do materialismo histórico-dialético que sustenta hegemonicamente as análises na área desde o final da década de 1970, fornece subsídios teóricos e políticos para a apreensão da realidade numa perspectiva de totalidade histórica, contribuindo com a construção de mediações que permitam desocultar os processos de exploração e opressão que marcam a dinâmica capitalista, com pungentes particularidades em um país de capitalismo periférico, dependente, racista e anti diverso (Santos et.al., 2024). Nesse processo,

houve imensa capacidade de capilaridade do debate sobre a dimensão política da profissão e **a necessidade histórica de articulação com as lutas emancipatórias da classe trabalhadora**. Nessa densa e complexa trajetória, muitas questões instigaram o debate profissional, na perspectiva de tornar factível o entendimento do **Serviço Social na história**, considerando a apreensão das determinações societárias, que incidem na realidade objetiva e subjetiva, dos indivíduos e dos fenômenos que **particularizam o cenário de um país capitalista periférico, dependente, racista e anti diverso** e no papel

do Estado, notadamente no que se refere à formulação das políticas sociais, no enfrentamento às expressões da questão social (Santos et.al., 2024, p. 59, grifos nossos).

A profissão, inserida no movimento da história e como parte e expressão dessa própria realidade complexa e contraditória, responde aos dilemas e desafios que marcam cada tempo histórico, construindo respostas no campo da formação e do trabalho profissional. A radicalidade com o método do materialismo histórico-dialético e a direção sociopolítica expressa no Projeto Ético-Político profissional, permitiu ao Serviço Social brasileiro a inserção na construção de diversas lutas sociais emancipatórias.

Acumulamos importantes experiências e contribuições no campo da luta sindical, antirracista, feminista, anticapacitista, antietarista, no âmbito da luta LGBTQIAPN+, pela livre expressão e orientação sexual, na luta pela reforma agrária, em defesa da agroecologia, contra a devastação da natureza e o racismo ambiental, em defesa dos povos e comunidades tradicionais, na defesa dos povos indígenas, contra a violência policial e o encarceramento em massa, na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, contra a redução da maioridade penal, na luta antimanicomial, em defesa dos direitos da população em situação de rua, na luta antiproibicionista, no campo do abolicionismo penal, na defesa da arte e da cultura, na luta pelo fim da escala 6x1, assim como no mais variado e amplo campo de defesa intransigente dos direitos humanos, de defesa e valorização da profissão e na construção das mais diversas políticas sociais como a saúde, a assistência social, a educação, a previdência social, o sociojurídico, etc<sup>13</sup>.

É importante registrar que avançamos substancialmente nos últimos anos em relação ao debate das relações étnico-raciais, dando relevo ao tema e construindo importantes acúmulos no plano teórico, ético-político e relevantes subsídios para a construção de um trabalho profissional notadamente antirracista<sup>14</sup>. Nesse processo, reafirmamos o entendimento de que as lutas contra o racismo, o capitalismo, o sexismo e o cisheteropatriarcado, não são lutas opostas, ao contrário, são indissociáveis, com

---

<sup>13</sup> O documento “*Sou assistente social e aqui estão minhas bandeiras de luta!*” (CFESS, 2018), evidencia algumas das nossas principais defesas e bandeiras de luta no campo dos direitos humanos, da seguridade social, do controle social democrático, na defesa da profissão, assim como no âmbito do financiamento e da gestão. Acesse o documento em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha-BandeiradeLutas-2019versaofinal.pdf>.

<sup>14</sup> As entidades representativas tiveram papel central nesse processo, incorporando o debate em suas agendas políticas de forma ininterrupta desde os meados da última década e construindo significativas orientações para a formação e o trabalho profissional de assistentes sociais. Para maior aprofundamento das ações construídas pelas entidades no âmbito das relações étnico-raciais e do antirracismo, consultar Moreira (2024) e Correia (2025).

pungentes particularidades na realidade brasileira considerando as características da nossa formação sócio-histórica. Podemos afirmar, também, que não são as lutas anti-opressões que fragmenta a luta de classes: é a reprodução de uma perspectiva a-histórica, universalista e abstrata de classe que fragmenta a luta e as possibilidades de unidades estratégicas.

Almeida (2017) fornece importantes subsídios para o debate sobre a relação entre diversidade humana e racismo, na esteira da tradição marxista. Com base na ontologia do ser social, apresenta o debate da relação entre raça e diversidade humana, apontando os limites e possibilidades para a superação dos constrangimentos impostos pelo capital no âmbito da sociedade burguesa, demarcando que nessa sociedade não há lugar para a realização plena dos sujeitos que vivenciam a opressão racial, mas, “contraditoriamente, estão dadas as condições históricas para a materialização do projeto emancipatório, no bojo da luta de classes” (Almeida, 2017, p. 34).

Toda essa construção histórica evidencia a potência, a coerência e a acertada escolha teórica e ético-política feita historicamente pelo Serviço Social brasileiro, com incontestante protagonismo das nossas entidades representativas – ABEPSS, Conjunto CFESS-CRESS e ENESSO. A articulação política em torno das entidades profissionais, é um patrimônio histórico que precisa ser preservado e fortalecido, pois, elas são responsáveis pela construção de importantes diretrizes, no campo da formação, do trabalho profissional e da organização política, assim como representam uma bússola que orienta nossa caminhada e construção histórica na defesa de um projeto societário radicalmente democrático e humanamente emancipado! Esse processo revela, ainda, que temos muito o que dizer sobre as mais diversas lutas e que ***o Serviço Social é uma profissão necessária para o Brasil***<sup>15</sup>.

Em tempos de fissuras generalizadas, de violências exacerbadas, de humanidade desumanizada, é fundamental que a análise concreta da realidade concreta seja mediada por uma leitura crítica e de totalidade histórica. Urge compreendermos o que nos une enquanto classe que vive do trabalho, enquanto assistentes sociais e identificarmos quem são nossos verdadeiros inimigos, para podermos avançar em unidade na direção da crítica *radical* ao capitalismo e na construção de alternativas ético-políticas que mirem um

---

<sup>15</sup> Em 2023, no marco das comemorações dos 30 anos do Código de Ética da(o) Assistente Social e da lei de regulamentação da profissão (8.662/93), o Conjunto CFESS-CRESS lançou como tema comemorativo do 15 de maio, Dia da(o) Assistente Social, o mote: *Serviço Social, necessário para o Brasil!*

horizonte estratégico que ressoe ecos de vida-liberdade<sup>16</sup>. A centralidade do método do materialismo histórico e dialético e a perspectiva revolucionária devem servir como permanentes referências teórico-políticas na construção de unidades entre as lutas sociais emancipatórias, reconhecendo os elementos singulares e particularidades que marcam a realidade da classe trabalhadora em sua diversidade, em especial, daqueles segmentos que vivenciam cotidianamente violências e violações de direitos.

## Referências

ABRAMIDES, M. B.C. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. Cortez, São Paulo, 2019.

ALMEIDA, M. S. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no Serviço Social. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15764>. Acesso em 15 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **A gente defende a justiça ambiental para enfrentar a desigualdade social**. Texto base para o 15 de maio de 2025 – Dia da(o) assistente social. Brasília DF, 2025. Disponível em: <https://cfess.org.br/uploads/documento/5114/AichrdTr6zX59y-J6s5dC9J8rBxqqPld.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Cresce o número de processos por racismo no país, aponta painel**. Brasília DF, 2025. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cresce-o-numero-de-processos-por-racismo-no-pais-aponta-painel/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

CORREA, A. H. M. **“A história não avança pedindo permissão”**: A agenda antirracista do Serviço Social brasileiro e as construções coletivas na afirmação do Projeto Ético-Político. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

IPEA. **Atlas da Violência**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília DF, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2026.

JACINO, R. **O branqueamento do trabalho**. São Paulo, Nefertiti, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOREIRA, T. **Adesão formal ou real ao antirracismo no Serviço Social?** Caminhos e descaminhos do debate étnico-racial na categoria profissional. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

---

<sup>16</sup> Referência ao poema “Vozes-Mulheres” de Conceição Evaristo.

MOURA, C. Cem anos de abolição do escravismo no Brasil. **Princípios**. São Paulo, n. 15, pp. 3-8, 1988.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. Ática, São Paulo, 1989.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, S. M. M. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 17, n. 32, p. 68-87, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28303/16434>. Acesso em: 16 abr. 2026.

SANTOS, S. M. M et. al. Em defesa da diversidade humana na formação e trabalho de assistentes sociais no Brasil. In: **Fórum Nacional em Defesa da Formação e Trabalho de Qualidade em Serviço Social – Incidências coletivas para reafirmar a luta**. Brasília DF, 2024. Disponível em: <https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2026/02/2024-Ebook-ForumFormacaoQualidadeSeso.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2026.

SOUZA, C. L. S.; TELES, H. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, n. 42, p. 44-61, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842>. Acesso em: 20 mar. 2026.